

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de junho/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em junho/2016, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em junho/2016 e 2º Trimestre (abril, maio e junho/2016) e 1º Semestre de 2016, avaliação da carteira de investimentos para possível realocação de fundos, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2016), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 6º parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e aplicação se recolhida diferença de alíquota do custo suplementar até o final do mês de julho de 2016, conforme planilha que demonstra os cálculos, nos termos de orientação do Ministério da Previdência Social, relatar finalização do Cálculo Atuarial e avaliar a documentação de credenciamento das instituições financeiras.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Iniciando a reunião, foi comentado que a saída do Reino Unido da União Europeia, decidida em referendo trouxe resultado inesperado, acabou por provocar o aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais e o rebaixamento da nota de crédito do Reino Unido, pelas três principais agências de classificação de risco. A libra atingiu o seu menor valor em 31 anos e é real o risco de uma recessão. No primeiro trimestre de 2016, a economia britânica subiu 0,4%. Na zona do euro, a agência Eurostat informou que a alta do PIB do primeiro trimestre do ano foi revisada para um crescimento anual de 1,7% e não 1,6%, que a produção industrial subiu 1,1% em abril, e que a taxa de desemprego na região caiu para 10,1%, o menor nível desde julho de 2011. A agência também informou que a inflação do consumidor em junho subiu 0,1%, depois de quatro meses de queda ou estabilidade. EUA Nos EUA, foi divulgada a segunda revisão do

PIB do primeiro trimestre do ano, que cresceu 1,1%, em base anualizada, e não o 0,8% apurado na primeira revisão, graças aos ganhos nas exportações e nos investimentos em software. Já entrando em maio, a produção industrial caiu 0,4, mas as vendas no varejo subiram 0,5%, mais do que o esperado. No mesmo mês, a inflação do consumidor subiu 0,2% em relação a abril e 1% na base anual. O principal evento do mês foi a reunião do comitê de política monetária do FED, que dadas as incertezas sobre a economia americana e a europeia, manteve novamente a taxa de juro entre 0,25% e 0,50%. ÁSIA Na China, as importações em maio caíram menos do que o esperado, indicando estabilização da atividade econômica. A inflação desacelerou para uma alta de 2% em base anual, e em junho a atividade industrial estagnou. No Japão, a alta anual do PIB foi revisada para 1,9% no primeiro trimestre e o banco central manteve a taxa de juros inalterada em -0,1%. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL Na renda fixa, com a aversão ao risco aumentando por conta do desempenho das economias da Europa e da China, e a manutenção dos juros pelo FED, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,71% a.a. no final de maio, terminaram junho com um rendimento de 1,41% a.a, ao passo que o emitido pelo governo britânico encerrou o mês rendendo 0,86% a.a. Ou seja, abaixo de 1% a.a. pela primeira vez na história. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,25% perante o euro e 6,80% perante o yen, por exemplo. Depois da forte turbulência provocada pelo Brexit, as bolsas, principalmente as europeias apresentaram alguma reação ao final do mês de junho, com os investidores confiando que os principais bancos centrais vão abrir o caixa e dar mais estímulos a economia para manter a liquidez e contrapor o efeito negativo 2 de 4 da primeira cisão da União Europeia. A americana (S&P 500) recuou apenas 0,01%. Por seu turno, a alemã (DAX) recuou 5,67%, e do Japão (Nikkei 225) despencou 9,62%. Ironicamente, a bolsa londrina (FTSE 100) fechou com ganhos mensais de 4,39%. De modo geral, junho foi um mês vermelho para as bolsas mundiais. O índice MSCI global, abrangendo 46 mercados desenvolvidos e emergentes, perdeu 0,82% em junho, depois de ter caído 0,19% em maio. Desde o início do ano está ligeiramente abaixo da linha de água, com um recuo de 0,02%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme dados divulgados pelo Bacen, a economia brasileira iniciou o segundo trimestre do ano praticamente estagnada. O IBC-Br teve variação positiva de 0,03% em abril, na comparação com março, em dado dessazonalizado. Em maio, a produção industrial ficou estável e em junho o índice de confiança da indústria teve o maior nível em um ano. Já a confiança do consumidor também subiu em junho, depois de quarenta meses em queda, de acordo com a Fecomercio. Por seu turno, conforme divulgado pelo IBGE, a taxa de desemprego atingiu 11,2% no trimestre encerrado em maio, com 11,4 milhões de pessoas desocupadas. É a maior já registrada pela série histórica do indicador, que teve início em janeiro de 2012. Porém, é a mesma taxa do trimestre encerrado em abril, o que pode indicar uma certa resistência na expansão do desemprego. SETOR PÚBLICO De acordo com a Receita Federal, a arrecadação federal recuou 4,81% em maio e a queda no ano chegou a 7,36%. E conforme informou o Bacen, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 18,1 bilhões em maio. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 13,7 bilhões e em doze meses

um déficit de R\$ 150,5 bilhões (2,51% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 454 bilhões (7,57% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 604,6 bilhões (10,08% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,11 trilhões (68,6% do PIB), elevando-se em 0,9 p.p. em relação ao mês anterior. INFLAÇÃO Mesmo com o feijão tipo carioca subindo mais de 40% no mês, além do aumento dos preços de outros alimentos, o IPCA desacelerou em junho, para fechar o mês com alta de 0,35%. No ano a alta acumulada chegou a 4,42%, abaixo dos 6,17% registrado em igual período do ano anterior e em doze meses acumulou 8,84%. O índice de difusão da inflação, divulgado pelo Valor Econômico foi de 55,2%, frente a 63% no mês anterior. Já o INPC, subiu 0,47% em junho e acumulou um avanço de 5,09% no ano e 9,49% em doze meses. O IGP-M, por outro lado, acelerou para 1,69% em junho, após marcar 0,82% no mês anterior, atingindo uma elevação de 12,21% em doze meses. JUROS Em reunião realizada no início de junho, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter novamente inalterada a taxa Selic em 14,25% ao ano. Foi a última reunião 3 de 4 sob o comando de Alexandre Tombini, sendo que a próxima já será conduzida por Ilan Goldfajn, o novo presidente do Bacen. Na ata, o Bacen previu que o IPCA atingirá a meta de 4,5%, que não será alterada para 2017. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de maio cotada a R\$ 3,2298, com uma desvalorização de 10,16% no mês e de 17,29% no ano, mas com uma valorização de 4,10% em doze meses. Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 1,2 bilhão, acumulando em doze meses, saldo negativo de US\$ 29,5 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,1 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 79,4 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 374,6 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 331,4 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho um superávit de US\$ 3,9 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 23,6 bilhões, o maior saldo para o primeiro semestre em 28 anos. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA) com 5,20% de alta, seguido do IMA-B 5+, com avanço de 2,57% e do IMA-B Total, com 1,92%. No ano, o melhor desempenho acumulado até junho ou no primeiro semestre foi do IDkA 20A (IPCA) com 37,70%, seguido do IMA-B 5+ com 20,82%. Nos subíndices referenciados em taxas pré-fixadas, destaque para o IRF-M 1+ com alta de 2,66% no mês e 19,58% no ano. Cabe destacar que a Caderneta de Poupança, a aplicação de renda fixa mais popular do país, teve fuga recorde de recursos no primeiro semestre. Os resgates líquidos totalizaram R\$ 42,6 bilhões, a maior perda de aplicações para o período em 22 anos. Além da baixa rentabilidade oferecida, o aumento do desemprego e da inadimplência motivaram os saques. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, foi um mês de recuperação, com alta expressiva de 6,30% aos 51.526 pontos, levando o acumulado no ano para um ganho de 18,86%. A queda do dólar e dos CDS (Credit Default Swaps) tem direcionado um fluxo positivo de recursos para o Brasil em busca

de “yields”, aumentando o apetite dos investidores pelo risco. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL No relatório denominado “As perspectivas econômicas para a Europa após o voto do Brexit”, a agência Standard & Poor’s afirmou que o impacto do Brexit será concentrado na economia britânica, mas com importantes ramificações no resto da Europa, em especial na zona do euro. Para escapar de uma recessão, o Reino Unido terá que enfrentar numerosos desafios. Por outro lado, o mercado internacional estará de olho na próxima reunião do FED, em julho, aguardando a decisão em relação à taxa de juros. A ata da última reunião deixou claro que os membros do Fomc não se sentem seguros em mexer no juro até que se possa entender com maior clareza as consequências da decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia MERCADO NACIONAL Ao que tudo indica, em agosto será votado o afastamento definitivo da presidente Dilma, que deverá representar um marco importante para as iniciativas governamentais de maior peso, principalmente no que se refere à política econômica. É consenso entre os principais analistas econômicos, que o governo provisório está no rumo certo, mas que os resultados levam algum tempo até aparecerem. Para recolocar a economia brasileira rumo ao crescimento econômico, é consenso no mercado que é preciso reconstruir o tripé formado pela responsabilidade fiscal, controle da inflação e câmbio flutuante. O primeiro elemento do tripé é o que demanda medidas mais urgentes, como o aprofundamento do corte de gastos e outras, inclusive de caráter impopular, como o aumento de impostos, que visem o aumento da arrecadação federal. A continuidade do programa de concessões e a privatização de empresas estatais viriam a complementar o esforço. Neste contexto, em relação ao total das aplicações, a recomendação é manter uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMA-B Total (cujas composições historicamente equivale a 35% do IMA-B 5 e 65% do IMA-B 5+), 30% para os vértices médios (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDkA 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Importante destacar que o alongamento das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar alta volatilidade. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDIC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Para os 10% direcionados para o mercado de ações, a mesma estratégia de entrada paulatina, já que o cenário esperado é o mesmo que prevalece no alongamento das posições em renda fixa. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente,

para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de junho/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de junho/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Em seguida foi distribuído, relatado e avaliado o Relatório Analítico dos Investimentos em junho/2016 e 2º Trimestre (abril, maio e junho/2016) e 1º Semestre de 2016, cujo conteúdo foi analisado e aprovado pelos membros. Seguindo foi discutida a definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2016 (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2016), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 6º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e decidir também a aplicação de pagamento da diferença de alíquota do custo suplementar se ocorrer até o final do mês de julho de 2016.** Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, e conforme análise da carteira de investimentos foi sugerido aplicação dos recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B e migração dos valores investidos em IMA-GERAL para IMA-B, haja vista que em função da crise do país o ideal é alocar os recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B, de forma a aumentar a exposição a esse tipo de papel, aproveitando as oportunidades do mercado financeiro, mantendo os fundos com caráter defensivo em um cenário de juros de mercado crescentes. Tendo sido realizada pesquisa comparativa do fundo citado (IMA-B), foi verificado que dentre as instituições credenciadas neste Instituto de Previdência, que **o Banco do Brasil, a Caixa, o Banco Santander e o Banco Bradesco possuem o referido fundo atrelado ao IMA-B, sendo feita colheita comparativa, foi unânime a decisão em aplicação os recursos novos e a migração do IMA-GERAL que encontra-se investido no Banco Bradesco no fundo BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA, uma vez que o IMA-GERAL será apenas redirecionado dentro da mesma instituição por conta da pequeníssima diferença de rentabilidade com as outras instituições credenciadas e que os recursos novos frutos de repasse previdenciário, pagamento de parcelamento e pagamento de diferença de custo suplementar se ocorrer até o final do mês de julho de 2016 deverá ser investido no fundo acima referido, cuja análise encontra-se juntada com toda documentação que envolve essa movimentação.** A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais longos, para ativos indexados ao IMA-B, de forma a aproveitar o momento financeiro e migrar recursos do IMA-GERAL para IMA-B de forma a potencializar os ganhos neste momento. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência junho/2016, cujo vencimento se dará em 12/07/2016 e os valores recebidos do pagamento da 6º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e de pagamento de diferença de alíquota do custo suplementar se o mesmo ocorrer até o final do mês de julho de 2016, serão**

aplicados no BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA. Com relação a sugestão de migração de fundos atrelados ao IMA-B 5+ para IRF-M 1 não será efetuado no momento, sendo decidido que deverá ser avaliado o comportamento do mercado financeiro para confirmar se vale a pena concretizar a realocação, ficando decidido que se o fundo IMA-B 5+ continuar mantendo boa rentabilidade não realizaremos realocação do mesmo. Dando andamento, foi relatado que o Cálculo Atuarial foi finalizado e que de acordo com a legislação em vigor foram encaminhados ao Ministério da Previdência os documentos necessários ao cumprimento da lei. Seguindo, foi apresentado pelo Comitê ao Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal os documentos de Credenciamento de Entidades das seguintes entidades: **BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Santander (Brasil) S.A, BRAM – Bradesco Asset Management S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Caixa Econômica Federal, Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA e Banco Bradesco S.A.** Compulsando a documentação apresentada foi ratificado pelo Comitê de Investimentos o credenciamento das entidades acima citadas, conforme apurado no Sistema da empresa Crédito e Mercado, onde foram credenciadas nesta data de 12 de julho de 2016 as entidades: **BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Santander (Brasil) S.A, BRAM – Bradesco Asset Management S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA e Banco Bradesco S.A e Caixa Econômica Federal.** Tendo os documentos passado pela análise do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal foi concluído que os requisitos solicitados no **Procedimento para credenciamento de Entidades Financeiras** para credenciamento foram cumpridos e o ato de credenciamento foi validado pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 10 de agosto de 2016, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 12 de julho de 2016.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____
Osmar Games Martins: _____
Silmara Porto Penariol: _____
Carlos César de Oliveira: _____
Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____
Isvaldir Lopes Veigas: _____
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____
Rosângela Marisa Tezzon: _____
Célia Maria Bassi: _____